



COMITÊS MULHER NO COOPERATIVISMO: FORMAR, ENCORAJAR E
OPORTUNIZAR AS MULHERES A SE EXPRESSAREM

WOMEN'S COMMITTEES IN COOPERATIVISM: EDUCATING, ENCOURAGING,
AND PROVIDING OPPORTUNITIES FOR WOMEN TO EXPRESS THEMSELVES

Autor(es): Rejane Inês Kieling; Rosane Zimmer

Filiação: ESCOLA SUPERIOR DO COOPERATIVISMO

E-mail: rejanekielling@hotmail.com

Eixo temático: 3.2 Educação, Inovação e Diversidade

Resumo

A participação de mulheres nas cooperativas como atuantes em cargos de liderança vem ganhando força, principalmente, pelo incentivo de instituições representativas do cooperativismo nacional e internacional. O desafio de se ter maior representatividade motivou a pesquisa em busca dos significados dos Comitês Mulher no cooperativismo. A escolha teórica se deu pelo entendimento de que as vozes das mulheres foram silenciadas ao longo da história. Contudo, a oralidade se constitui como um importante diferencial destes Comitês Mulher, desde a sua origem e tende a construir uma nova história no cooperativismo brasileiro. Como técnica de coleta de dados foi utilizada a história de vida, história oral e narrativas impulsionadas por questões direcionadoras com mulheres que estiveram a frente da criação dos Comitês Mulher e membras de diferentes estados do Brasil. Os resultados apontam para o entendimento destes grupos como espaço de segurança e liberdade de expressão e para questões que precisam ser levadas em consideração, tais como: a presença de diversidade como um caminho para inteseccionalidade e a geração de capacidades para um empoderamento real destas mulheres.

Palavras-chave: Comitês Mulher, Silenciamento, Oralidade, Representatividade.



Abstract

The participation of women in cooperatives, particularly in leadership roles, has been gaining momentum due to the encouragement of national and international cooperative institutions. The challenge of achieving greater representation has motivated research into the meaning and significance of Women's Committees within the cooperative movement. The theoretical framework was guided by the understanding that women's voices have been historically silenced. However, orality has emerged as a key distinguishing feature of these Women's Committees since their inception and appears to be shaping a new narrative within Brazilian cooperativism. To collect data, the study employed life histories, oral history, and narratives elicited through guiding questions posed to women who played leading roles in the creation of Women's Committees, as well as members from different regions of Brazil. The results suggest that these groups are perceived as spaces of safety and freedom of expression. They also highlight critical issues that must be addressed, such as the presence of diversity as a path to intersectionality and the development of capabilities for the genuine empowerment of these women.

Keywords: *Women's Committees, Silencing, Orality, Representation*

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado parcial de projeto de pesquisa intitulado “Comitês de Mulheres cooperativistas: uma intervenção para romper o teto de vidro”¹. O despertar desta problemática partiu da constatação da representatividade das mulheres nas cooperativas brasileiras. Conforme Anuário Coop (2024) as mulheres representam 41% dos cooperados. Contudo, percebe-se que o desafio se dá no aumento da

¹ Pesquisa realizada em 2024 para a Escola Superior do Cooperativismo. Para esta pesquisa agradecemos a participação da então acadêmica Priscila Ortiz



representação nas posições de liderança, que atualmente está em apenas 23% dos cargos de alta gestão ocupados por mulheres.

O recorte utilizado neste estudo se deu pela busca em compreender os significados do movimento de mulheres dentro do cooperativismo brasileiro. Ou dito de outra forma: por que se chegar a este momento histórico do cooperativismo brasileiro com a necessidade percebida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) de fortalecer o movimento de mulheres?

Diante destas inquietações, a pesquisa se debruçou sob o entendimento de que tal necessidade passa, obrigatoriamente, por um processo de dar voz a este grupo social, no caso as mulheres. E, foi dando voz às mulheres, por meio da oralidade expressada por histórias de vida e oral por narrativas, que foi possível assimilar que os Comitês Mulher no cooperativismo brasileiro se constituem hoje como espaços de segurança para que suas membras possam se expressar e desenvolver laços de identidade e pertencimento. Se constituindo ao longo do tempo como um *locus* de transformação individual e coletiva.

Nesse sentido, a escolha teórica para este estudo se deu pelo olhar da nova história, em que se busca a inclusão de sujeitos que foram silenciados e, na atualidade reivindicam seu lugar por meio da oralidade. Sendo que o significado desta oralidade e sua importância num processo de (re)construção de identidade necessita de estímulos de uma memória individual, coletiva e social, por entender-se que o passado ao ser revivido no presente, tem a capacidade de trazer novos sentidos.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções. A primeira inicia com uma breve revisão de literatura sobre silenciamento, memória e identidade. Na sequência se considerou relevante apresentar uma retrospectiva dos principais marcos relacionados à criação do movimento de mulheres no cooperativismo. A próxima seção traz o detalhamento do percurso metodológico utilizado para a realização da coleta de dados. Na última seção são apresentadas as narrativas das entrevistadas e as falas registradas na experiência de grupo focal com membras de Comitês Mulher



representantes de: Brasília, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Sergipe, Fortaleza e Rio Grande do Sul. As contribuições para os Comitês Mulher são apresentadas nas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O silenciamento da Mulher ao longo da história: uma breve revisão

Esta breve revisão de literatura tem por objetivo mostrar que o silenciamento das mulheres constitui um fenômeno histórico que ultrapassa fronteiras geográficas, culturais e temporais. Este processo faz parte de um dispositivo de poder que sustenta a dominação masculina em que as vozes das mulheres foram sistematicamente excluídas e desacreditadas. As estruturas patriarcais vêm determinando quem pode falar — e ser ouvido — tanto nos espaços públicos, como nos registros históricos.

Lerner (1986) explica que a ausência das mulheres na história oficial não significa que elas não participaram desta, mas que sua atuação foi sistematicamente desconsiderada, tanto pela imposição de poder que às silenciaram, tanto pelo o que Spivak (1988), aponta como uma potente forma de silenciamento: a ausência de escuta, que se consolida com suas vozes muitas vezes sendo ignoradas, desvalorizadas ou enquadradas dentro de discursos dominantes.

Esta construção que exclui a mulher dos espaços de poder, pode ser vista como um enrijecimento que limita a ascensão das mulheres a espaços de decisão, traduzido pelo termo “teto de vidro” (Loden, 1996). Tal construção é explicada por Bosi (2013) ao questionar: quanto daquilo que somos ou acreditamos ser é forjado por construções estereotipadas? Para esta autora, existe um evidente empobrecimento das percepções dos indivíduos, seja por preguiça ou má vontade, o fato é que se torna mais fácil aceitar o que já foi dito do que desprender esforços ao trabalho árduo da atenta observação do que está ao seu redor. Esse enxergar o mundo através das mediações impostas representa inquestionável perda para os indivíduos e para a sociedade.



Ao acompanhar as narrativas de mulheres líderes dentro do cooperativismo, que estiveram à frente da criação dos Comitês Mulher no Brasil e de mulheres que fazem parte destes Comitês Mulher em diferentes estados brasileiros, foi possível assimilar o significado deste movimento que se projeta como capaz de escrever uma nova história do cooperativismo brasileiro.

Ao iniciar este movimento de mulheres dentro do cooperativismo, talvez sem se darem por conta, o que se buscava foi a existência de espaços para expor narrativas, histórias de vida e o despertar de um sentimento de identificação com dores explícitas e escondidas. Ou seja: espaços de segurança em que se deseja recuperar o direito de mulheres saírem do silêncio, do anonimato e sobretudo, da invisibilidade a que foram historicamente submetidas.

Com o intuito de refletir sobre os Comitês Mulher do cooperativismo como um espaço de segurança, liberdade e expressão da memória individual e coletiva, recorre-se aos ensinamentos de Giddens (2003). Para este autor existe uma constante interação entre o mundo objetivo e subjetivo, entre consciente e inconsciente, donde desencadeia-se vigorosa ação sensorial que é responsável pelo processo de trazer o passado ao presente. A memória, portanto, pode ser associada a percepções entendidas como um conjunto de dispositivos de arranjo temporal que cumpre seu papel de agente de transformação, se ressignificada a partir da construção destes indivíduos no presente.

Nesse sentido, o compartilhamento de histórias de vida entre as membras dos Comitês Mulher tem na memória o que Pollak (1992) interpreta como responsável pela sedimentação de um sentimento de pertencer, justamente por permitir a estas mulheres reconhecerem-se em suas vivências. Salienta-se que tais vivências estão relacionadas a acontecimentos que podem ter sido experienciados de forma direta ou indireta. O que significa, portanto, dividir, este despertar da memória, em acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (Pollak, 1992, p. 201).



O uso da oralidade constitui uma estratégia fundamental na reescrita da história destas mulheres, uma vez que a oralidade, emerge como uma forma legítima de produção de conhecimento, por permitir acessar dimensões da experiência feminina que escapam aos registros oficiais, tais como: afetos, práticas de cuidado, estratégias de sobrevivência, redes de solidariedade, entre outros (Perrot, 2005).

Se pode pensar, portanto, numa nova forma de reconhecimento da identidade destes grupos sociais que precisam ocupar seus espaços dentro das cooperativas. Como destaca Hall (1997), a identidade se constitui nas narrativas que contamos sobre nós mesmos. A atuação dos Comitês Mulher se constitui numa reconstrução da história a partir das vozes destas mulheres e das mulheres e homens que as antecederam. Vozes que foram silenciadas e, agora, possuem este lugar de liberdade de expressão.

2.1 Comitês Mulher no cooperativismo: uma trajetória de luta pela equidade de gênero

Conforme Dasenbrock (2020) em 2008 nascia no Conselho Mundial um desejo de realizar algo em prol do empoderamento da mulher nas cooperativas de crédito. Sendo assim, no planejamento da Conferência de Barcelona, em 2009, foi incluído um encontro de mulheres para conversarem sobre o tema empoderamento. O autor recorda que foram menos de 50 mulheres de algo em torno de 20 países, que se dedicaram neste encontro a se fazer entender em diferentes idiomas e interpretações das suas histórias contadas.

Foi, portanto, a oralidade, o início da Global Women's Leadership Network (GWLN), num movimento de percepção da necessária intervenção institucional, protagonizado pelo WOCCU (em português: Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito) ao identificar a existência de uma grande lacuna de gênero, no que diz respeito aos cargos de liderança nas cooperativas de crédito. Esta rede surgiu para “criar um fórum seguro em que as mulheres pudessem discutir questões de negócios entre si, jamais divisivo ou separatista” (Dasenbrock, 2020, p. 152).



Sobre este ponto de partida do movimento de mulheres, Dasenbrock (2020, p.32) inspirado pelo poema “Mascarados” de Cora Coralina, em que ela fala sobre semeadura, traz um pouco do que ele vivenciou e registrou no ano de 2009, durante sua participação à primeira reunião do *board* do WOCCU em Barcelona: o sentimento do início de caminhada do movimento de inclusão das mulheres no cooperativismo. Em suas palavras:

Se a semente é usada para explicar muitas verdades, posso dizer que 2009 foi um ano de intensa semeadura. Nascia também a GWLN (Global Women's Leadership Network), em que 50 mulheres de 26 países iniciaram um movimento feminino de impacto global. Mulheres apoiando mulheres. A iniciativa da fundação Woccu nos levou a muitas reflexões. Tínhamos muito a fazer e, claro, precisávamos estar presentes.

Para liderar este movimento foi escolhida a americana Susan Mitchell Stankovic, de Las Vegas. Dasenbrock (2020, p. 152) a descreve como uma pessoa cheia de energia positiva e com uma sólida vivência do significado do cooperativismo, em especial no que se relaciona a sua paixão pelas causas da mulher e sua crença de que é possível fazer a diferença por meio do trabalho realizado com amor e determinação. Enaltece, contudo, sua capacidade de lidar com a resistência inicial de muitas lideranças, em aceitar que ‘há problemas dentro das cooperativas’.

O ano de 2012 marca outro passo de extrema importância para o movimento das mulheres dentro do cooperativismo: a criação das *Sister Societies*. A atuação destas representações assume papel de alta relevância, devido às práticas de envolvimento comunitário na oferta de educação que abre oportunidades para a formação de lideranças. A força do voluntariado se sobressai neste momento como um instrumento de inclusão via doação de recursos para oportunizar mais mulheres.

Dasenbrock (2020) faz referência aos ritos e simbologias que fizeram parte de um rol de estratégias para fortalecer a GWLN. Entre os exemplos destes rituais e simbologias, ele menciona o uso de gravata cor-de-rosa, usada por homens e mulheres e na Tailândia, foi introduzido o cachecol cor-de-rosa. A adesão a estes símbolos vem se



revestindo de força que está conseguindo atingir seu objetivo maior: dar voz às mulheres em todo o mundo.

Numa reconstrução histórica da literatura feminista, talvez seja possível encontrar fragmentos que levaram a criação das *Sister Societies* ligados ao GWLN, como uma ramificação dos grupos de consciência que as historiadoras Pedro e Pinsky (2012) enxergam como espaços de elaboração coletiva da experiência feminina, que marcaram o feminismo dos anos 1970 e 1980. Inspirados em práticas feministas norte americanas e europeias, esses grupos eram reuniões horizontais em que mulheres casadas, com filhos crescidos, reuniam-se em lugares públicos ou residências para conversas e debater com liberdade, escuta ativa e apoio mútuo.

Sobre estes grupos as historiadoras, acima mencionadas, acrescentam que cada integrante deveria levar uma convidada, ou “irmã”, pois a ideia era formar uma irmandade feminina. A metodologia usada foi intitulada “linha da vida” e incentivava as “irmãs” a falarem sobre assuntos considerados tabus. Tal metodologia reforça a experiência da oralidade em ambiente seguro, como é o caso dos Comitês Mulher no cooperativismo, como capaz de, ao dar voz às mulheres, abrir espaço para diferentes visões de mundo e novas interpretações do trabalho coletivo.

Depois de um período de reconhecimento da necessidade de promover a equidade, a diversidade e a inclusão, inicialmente nas organizações cooperativas de crédito, o ano de 2016 registra a criação de *Sister Society* Brasil e dos Comitês Mulher. O significado da representação brasileira, se deu em meio a profundas e difíceis mudanças no *board* do Woccu ocorridas durante a Conferência Mundial na Irlanda do Norte. Entretanto, nada foi capaz, segundo os relatos de Dasenbrock (2020), de ofuscar o brilho ao ver a entrada da delegação brasileira, representada pela cooperada de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Unindo forças ao movimento das mulheres, no ano de 2018, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) declarou que, em



consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ODS, as cooperativas têm a tarefa de melhorar a capacidade de empoderar as mulheres.

Alinhado com a visão da ONU e da ACI, o Sistema OCB, formado pela OCB, SESCOOP e CNCoop, tendo na sua trajetória a vivência do cooperativismo em seus diferentes ramos como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, entende que o trabalho dirigido para o desenvolvimento de mulheres valoriza o cooperativismo ao fortalecer e fomentar os valores da cooperação. Nesse sentido, a importância da participação feminina foi reconhecida no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (CBC), em 2019, com a efetivação do Comitê Nacional de Mulheres em janeiro de 2021.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por se compreender que os objetivos do presente estudo só poderiam ser alcançados por meio da oralidade, justamente porque se desejava desde o início: dar voz às mulheres que percorreram os primeiros passos da criação do movimento das mulheres no cooperativismo brasileiro e outras mulheres membras destes comitês em diferentes estados do Brasil, a metodologia utilizada para expressar esta oralidade foi dividida em duas formas. Para as lideranças femininas que estiveram a frente da criação dos Comitês Mulher no cooperativismo, foi utilizada a metodologia de História de vida (Delory-Momberger, 2012); Thompson (1998); (Perrot, 2005). Para as membras de Comitês Mulher que fizeram parte da pesquisa, foi utilizado o método de grupo focal, na busca de narrativas (Krueger; Casey, 2015).

As entrevistadas foram convidadas a contar suas histórias de acordo com suas interpretações sobre o tema que deram e dão sentido às suas experiências ao longo das suas trajetórias. As etapas desta fase da pesquisa se deram por: 1. Escolha das participantes: foram escolhidas três líderes que estiveram, em diferentes momentos e lugares, presentes na criação dos Comitês Mulher no Brasil; 2. Construção de vínculos: Entrevistada EN_01 foi apresentada por uma das membras do grupo focal; entrevistada EN-02 já fazia parte a rede de relacionamentos das pesquisadoras e a entrevistada



EN_03 foi indicada pelas duas outras durante as entrevistas. Foram realizadas conversas prévias por meio da Plataforma *Teams* e *WhatsApp*. 3. Coleta dos relatos: uma entrevista presencial e duas pela plataforma *Teams*; 4. Organização e análise dos dados – foi realizada transcrição das entrevistas respeitando a integralidade do conteúdo.

Tendo presente os aspectos éticos que envolvem esta metodologia, foi considerado: a. o respeito pela intimidade dos participantes; b. necessidade de consentimento livre e esclarecido e c. responsabilidade na interpretação e divulgação dos relatos. Considerado, ainda a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil) em especial no que trata sobre a confidencialidade e a exposição dos sujeitos, todos os relatos foram mantidos no anonimato com uso de nome fictícios: EN_01; EN_02 e EN_03.

Para a segunda fase da coleta de dados da pesquisa foi utilizada a metodologia de Grupo Focal. Para esta prática foram seguidos os seguintes procedimentos metodológicos: a. planejamento: definição do objetivo do estudo, elaboração do roteiro de perguntas e seleção das membras de comitês mulher dos estados; b. condução: a moderação se deu pelas pesquisadoras com o objetivo de promover a participação equilibrada e garantir que não houvesse distorções do objetivo apresentado; c. registro: gravação pela plataforma *Teams* para posterior transcrição aplicativo Transkriptor d. análise dos dados: identificação de padrões e contribuições aos Comitês Mulher do cooperativismo.

Por se tratar de uma interação entre sujeitos, foram respeitados os aspectos éticos: a. consentimento informado dos participantes via contato individualizado pelo WhatsApp; b. garantia do anonimato e da confidencialidade das informações e c. criação de um ambiente seguro que favoreça a livre expressão das participantes, sem julgamentos ou coerções.

Há de se considerar que esta técnica possui algumas limitações debeladas ao longo da atividade. Se percebeu que algumas participantes tiveram maior dificuldade de



expressar suas percepções. Tal dificuldade pode ter sido gerada por uma característica pessoal ou por receio de expor suas ideias livremente. As moderadoras compreendendo que se trata de uma das limitações desta técnica, conseguiram perceber o problema e criaram questões alternativas que permitiram maior fluidez e liberdade de expressão de todas as participantes.

4. MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE LIDERANÇAS FEMININAS DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

4.1 Narrativas e percepções das lideranças femininas do cooperativismo brasileiro

4.1.1 Entrevistada 01 (EN_01): vivência de militância feminina

A história de vida de EN_01 inicia pelo seu reconhecimento sobre a importância das mulheres da sua família e o papel que os homens exerceram.

E eu sempre digo que o que me fez chegar aqui foi o amor pelas mulheres da minha vida. Então, assim, eu venho de uma família que, na minha concepção, é uma família que tem muito mais uma orientação que as mulheres tomam conta das coisas. Então, a minha avó sempre trabalhou fora. Mas ela achava e ela vivia sob o julgo do meu avô. Então, assim, os homens da minha família exerceram papéis muito tóxicos.

Ela conclui que se reconhece no presente, a partir da história destas mulheres, pois foram suas experiências que permitiram que ela conseguisse questionar o estado das coisas e ascendeu nela, ainda muito jovem, a veia feminista.

Em relação ao feminismo, EN_01 narra situações que denotam a presença de um certo tabu em relação ao movimento feminista. Ela compreende que uso de termologias relacionadas ao feminismo, especialmente na região Sul do Brasil, ainda se reveste em um grande desafio que precisa ser enfrentado pelos Comitês Mulher.

Sobre esta questão, a entrevistada traz um questionamento que ajuda a compreender sua preocupação com o preconceito ainda presente sobre o movimento feminista. Ela menciona a meta quantitativa lançada na última Conferência Mundial das Cooperativas de Crédito, de termos 50% de mulheres em posições de liderança até 2030,



mas faz a ressalva: “a meta quantitativa pode ser alcançada. Mas, estas mulheres estarão realmente conscientes do significado desta presença em cargos de liderança?”

Durante sua caminhada no cooperativismo e, em especial, no movimento de mulheres, vem se deparando com diferentes situações que denunciam a existência do ‘teto de vidro’. Ela recorda de recente diálogo que manteve com uma membra de Comitê Mulher. Este diálogo serve para ilustrar o quanto se faz necessário revisitar as bases que criaram estes Comitês. A conversa que manteve trouxe uma referência de que para avançar em cargos que façam parte da estrutura de governança da cooperativa, a mulher precisa fazer parte do Comitê e se encorajar a levantar a mão e expor suas ideias. EN_01 tem uma visão bastante crítica sobre este ‘basta’ encorajar-se. Ela explica, a partir da sua experiência, que existe “um sistema que nos empurra pra baixo o tempo inteiro, então, não é que ela não coloca, se ela colocar a mão à disposição, tem vários desdobramentos”. Segundo EN_01 muitas mulheres não avançam na carreira, não por falta de qualificação ou competência, mas por se sentirem cansadas de sempre terem de provar algo. Provar que são capazes, provar que não são fúteis, entre tantos outros.

Ainda sobre esta mesma reflexão, um ponto adicional levantado por ela, diz respeito a outro elemento que serve para ‘empurrar as mulheres para baixo’: são as microagressões sofridas no cotidiano.

O Relatório Mckanzy (2023) aponta que as mulheres que sofrem microagressões se utilizam de mecanismos de auto proteção, tais como uso de linguagem e vestuário. Contudo, estas mulheres, que se autoprotegem, estão três vezes mais propensas a pensar em deixar o emprego e quatro vezes mais propensas a sofrer burnouts frequentes. O que comprova que existe sim um sistema, que ‘empurra’ as mulheres para baixo, como apontado por EN_01.

Entre os ensinamentos de EN_01, se considera, de suma importância, o que ela denomina como “de perto é mais difícil odiar”. Ela enxerga a diversidade como um dos



principais desafios e com potencial real de fortalecer o movimento das mulheres. A seguir um trecho da entrevista que deixa muito claro seu ponto de vista sobre este tema:

A única maneira da gente destruir isso, é quando os nossos comitês mulher se tornarem mais diversos e inclusivos, onde eu tenha espaço pra ouvir outras narrativas. Senão, a gente não vai conseguir. A gente não vai conseguir deslanchar. Eu não acho que nós, mulheres brancas, se a gente não conviver com mulheres negras, lésbicas, trans, corpos dissidentes, que a gente vai conseguir desfazer essa lógica.

EN_01 defende, portanto, um movimento interseccional de gênero. Sua percepção é de que o movimento de mulheres dentro do cooperativismo tenha de “incluir outros corpos, outras mulheres, outras histórias”. para que a partir destas narrativas, se construa, o que ela denomina de uma pedagogia cultural pela convivência e se desencadeie um processo seguro de destruição do machismo estrutural. Davis (2016) e Hooks (2018) apontam que ouvir as histórias destas ‘outras’ mulheres é essencial para compreender a complexidade das opressões e construir práticas de resistência mais inclusivas

4.1.2 Entrevistada 2 (EN_02): marcas de superação

Sobre os significados de um Comitê Mulher no cooperativismo, EN_02 enxerga a força dos Comitês Mulher como um espaço para se trabalhar a igualdade, em especial: a igualdade de gênero. Mas, além disso, é um espaço em que se deve gerar condicionalidades ao desenvolvimento das mulheres para que se atinja um patamar de equidade. “Deve ser um espaço de segurança para desabafar, para que possam se apoiar”.

Pondera tratar-se de movimentos necessários e, muitas vezes, ainda, considerados contra a maré, pois os Comitês Mulher são vistos, por algumas lideranças, como desnecessários e são feitas perguntas como: “por que que não tinha comitê homem, por que não tinha comitê idoso? Por que exatamente teria que ter comitê Mulher?” Além disso, talvez, por desconhecimento do seu significado, ou outros motivos, acabam, muitas vezes sendo rotulados como movimentos feministas ou que



tenham como intuito dar poder às mulheres. Donde se pode assimilar, segundo ela, a urgência de trazer os conhecimentos tanto do movimento feminista, ainda tratado como algo que se deve temer e do significado de empoderamento feminino sob a luz do cooperativismo.

Quando questionada sobre a importância da representação, ela inicia afirmando que “uma mulher, ao assumir a liderança, pode dar voz a outras mulheres”. Para ela, o movimento que se deseja dentro dos comitês é de aumentar cada vez mais a participação das mulheres em cargos de decisão. A importância desta representação se dá pela visão diferenciada das mulheres e maior capacidade de desenvolver atitudes empáticas, que, na opinião da entrevistada, em situações de menor percentual de participação pode ficar prejudicado devido aos estereótipos que ainda existem na sociedade (Bosi, 2013). Ela exemplifica, se referindo à inúmeros relatos de mulheres que, para serem respeitadas e ouvidas, tomam certos cuidados em se vestir, como, por exemplo uma camisa com botão fechado até em cima ou até se ‘masculinizar’.

Para a entrevistada, quanto maior a representação de mulheres em espaços, ainda mais masculinos, mais as mulheres começam a se sentirem encorajadas a levantar a mão e expor as suas percepções. Contudo, assevera que este encorajamento passa, necessariamente, por um processo de aquisição de conhecimento, ou seja: se faz necessário estar preparada para assumir posicionamentos e contribuir com diferentes visões.

Um último ponto assinalado é sobre a necessária força desta representação para coibir práticas comuns como o uso de ‘piadas’ que serviram ao longo do tempo para inibir as mulheres de se manifestarem e se revestem do significado de microagressões, conforme mencionado anteriormente. Importante demarcar esta questão das piadas, pois são construções que vão sendo perpassadas em discursos e se tornam convenções naturalizadas. E é justamente nestas convenções que se esconde o embrião do poder e a



ideologia que fortalecem sentidos errados historicamente construídos sobre a mulher como um ser inferior em relação ao homem (Buriti;Costa, 2019).

4.2.3 Entrevistada 3 (EN_03): memórias de uma trajetória de enfrentamento pessoal pelo coletivo

O relato de história de vida de EN_03 no que diz respeito à sua trajetória no cooperativismo e ascensão a cargos de liderança, inicia por suas memórias no ano de 2010, quando atuava em atividade administrativa com elevada circulação financeira. Conheceu o cooperativismo de crédito por meio de uma visita do gerente de uma cooperativa de crédito local. Desde o primeiro momento percebeu que o cooperativismo é um modelo diferenciado de negócios e começou a ler e estudar sobre cooperativismo. Dois meses depois fez um curso interno da cooperativa de crédito e já foi convidada para assumir uma suplência de coordenação em um programa da cooperativa.

Suas lembranças remontam ao ano de 2017 como um importante marco na sua trajetória. Neste ano ela foi convidada pelo presidente da cooperativa, que fazia parte, para realizar um curso para o conselho da cooperativa. Foi neste momento que se defrontou com um dos seus principais desafios: vencer a síndrome da impostora. Ela não conseguia se imaginar ocupando cargo de conselheira.

EN_03 menciona o quanto o presidente da cooperativa confiava no seu potencial. Ela o enxerga hoje como um dos principais incentivadores no seu início de carreira. Neste mesmo ano foi convidada para uma reunião do conselho fiscal, ela lembra de sua experiência com detalhes:

eu não entendia nada sobre o assunto, ou achava que não entendia. Na reunião havia 30 (trinta) homens e somente 3 (três) mulheres. Na hora do intervalo sentia vergonha de estar ali, por ser mulher, não era meu lugar. Então disse a mim mesma “vou embora”. Quando estava pronta para ir embora, tive um pensamento que me fez repensar “você é uma pessoa covarde, uma mulher que está correspondendo às expectativas”, voltei e me sentei mais à frente. Mesmo ainda morrendo de medo, me senti mais encorajada e fiz uma pergunta ao palestrante. Lembro exatamente a pergunta que eu fiz e como me senti depois disso. O professor elogiou a pergunta e isto desencadeou em mim um sentimento de empoderamento. Foi um divisor de águas.

Importante assinalar que a forma como EN_03 enfrentou a Síndrome da Impostora Yamaguchi(2021) esteve diretamente relacionada ao fato de não ser somente



algo que diz respeito a ela e sim: todas as mulheres a quem ela já estava sendo referência.

O ano de 2017, também foi marcado pelas primeiras ações dos Comitês Mulher no Brasil. EN_03 recorda que a palavra forte naquele momento era empoderamento para que as mulheres pudessem ocupar cargos de governança. Ela enaltece, contudo, que esta perspectiva de empoderamento nunca esteve ligada a qualquer conotação de tomada de poder, e sim: seguir as diretrizes do movimento internacional das *Sister Societies* em que as discussões eram pautadas em temas atuais em nível mundial e serviam para nutrir os recém-criados Comitês Mulher no Brasil com a bagagem trazida por representantes como ela, que puderam compartilhar toda a experiência e dialogar com as membras a partir das especificidades locais.

4.1.4 O que dizem as membras de Comitês Mulheres de diferentes estados brasileiros

Questão 1: Por que a necessidade de termos Comitês Mulher dentro do cooperativismo?

Questão 2: Quais são as principais conquistas que enxergas a partir do Comitê Mulher?

Questão 3: Quais são as principais dificuldades e desafios a serem enfrentados

Quadro 2: Resumo narrativas grupo focal

Questão 1	Questão 2	Questão 3
Dentro dos Comitês as mulheres são encorajadas, o problema é na cooperativa, lá que precisa viralizar a questão de que elas podem e devem participar dos conselhos. Nós já somos preparadas, por que não estamos ocupando os espaços? Por que um comitê? Porque juntas podemos ir mais longe. Como membra devo entender que o lugar é meu, se ainda não está sendo ocupado por mim, mas é meu – é isto deve ser visto como uma conquista conjunta por meio do Comitê. Um comitê é um espaço para debater	O Comitê traz as mulheres para outro universo em que elas param para ouvir outras mulheres e se sentem acolhidas para se expressar. O Comitê incentiva a um desacomodar-se. Hoje escuto frases de membras do Comitê como: graças ao Comitê voltei a estudar. O Comitê permite que a mulher possa se enxergar em cargos de liderança e rever,	As mulheres devem saber o porquê de estar no Comitê. Às vezes a própria mulher não sabe por que ela está ali. Vai porque tem que ir? Por que o presidente mandou? O Comitê não é espaço para levantar bandeiras. É espaço para somar e fazer a diferença. O grande desafio é que as mulheres verdadeiramente desejem se engajar. Agregar e trazer para a responsabilidade de fazer um cooperativismo cada vez mais forte.



e se desafiar pela diversidade que está dentro do coletivo. A maior importância é o movimento do coletivo: escutar e escutar-se – “colocar o dedo nas feridas” Falar de jovem é fácil, os presidentes entendem o porquê do jovem. Mas, o porquê de se falar sobre mulher, precisa ser mostrado por mulheres. Garantir a sustentabilidade das cooperativas trazendo mais mulheres: primeiro para as assembleias e depois para os Conselhos. Para as mulheres compreendam por meio dos Comitês o poder que elas têm. As mulheres só percebem o valor que têm quando estão juntas. As mulheres são capazes, mas precisam ser capacitadas. Para aprender a se conhecer e desnudar a força que ainda existe de um machismo estrutural em que se se lida com o preconceito de homens e mulheres.	também, sua posição na família. O Comitê vem permitindo trocas entre mulheres empoderadas. Capacidade de transformação: até em mulheres que perderam a coragem, eu me inspiro. Hoje sou representação para outras mulheres que se enxergam ocupando espaços que eram somente dos homens. A atuação dos Comitês Mulher vem se consolidando como um espaço para quebrar o preconceito de muitas lideranças femininas e masculinas.	O que dói é que o Comitê ainda é visto como um espaço para ação social e as mulheres que estão lá é para promoverem ações sociais da cooperativa. O movimento dos Comitês é lindo, mas precisa de ajuda, senão vamos ficar na teoria. Que tipo de capacitações está sendo oferecidas? Oratória é importante, mas é necessário pensar em cursos que capacitem as mulheres a falarem de negócios, pois o empoderamento vem do conhecimento.
--	---	--

Fonte: transcrições realizadas pelas autoras

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se dar voz a estas mulheres durante o período de realização da pesquisa, tanto das entrevistas como a experiência do grupo focal, foi possível depreender importantes contribuições aos Comitês Mulher do cooperativismo brasileiro. Tais contribuições são apresentadas na sequência:

Os relatos apontam para a importância de se desenvolver atitudes empáticas. A empatia compreendida como capacidade de compreender e partilhar os sentimentos e perspectivas de outra pessoa, como se estivesse vivendo a mesma situação. Importante mencionar que tal habilidade pode ser mais bem compreendida e até mesmo



desenvolvida usando a Neurociência da Empatia, baseada em pesquisas com neurônios-espelho (Rizzolatti et al.) que mostram que o cérebro reage à dor do outro de forma semelhante à dor própria.

Intrinsecamente ligado ao que foi mencionado sobre o desenvolvimento de atitudes empáticas, os resultados da pesquisa apontam o caminho da inteseccionalidade como uma forma de trazer diversidade para dentro das estruturas dos Comitês Mulher. Mesmo que não se tenha ainda diversidade como uma realidade nas estruturas de governança das cooperativas, talvez se possa promover momentos de interação com grupos sociais que tragam outras visões de mundo.

Outro ponto que pode ser analisado pelos Comitês Mulher, é a necessidade de desenvolver capacidades em termos de revisão da historiografia voltada ao movimento feminista. As entrevistadas apontaram para a presença de resistência ao uso de termos que relacionam ao movimento feminista. Se considera que o conhecimento das bases do movimento feminista, em especial a segunda e a terceira onda do feminismo, seja de suma importância ao reconhecimento das causas que movem o movimento de mulheres do cooperativismo desde a sua origem em 2009 (Dasenbrock, 2020).

A palavra representação foi mencionada por todas as entrevistadas e pela maioria das mulheres que fizeram parte do grupo focal. Foram trazidos exemplos de necessidade de masculinizar e escutar comentários em tom de brincadeiras, em tempos de menor presença de mulheres na estrutura de governança das cooperativas que fazem parte. A representação traz consigo encorajamento e sentimento de pertencimento. Dito isto, o que se pode esperar é que os Comitês Mulher promovam ações que elevem a busca por qualificação de suas membras para que possam estar preparadas a concorrer e fazer parte da governança das cooperativas.

De forma geral se depreendeu, ao analisar as falas das membras, que o grupo focal constitui uma metodologia valiosa para pesquisas que visam compreender a complexidade das percepções de membras de Comitês Mulher de diferentes localidades,



que se estabelece como uma forma de apreender significados levando em consideração suas territorialidades, aspectos culturais, étnicos, religiosos, entre outros. E, pode, portanto, constituir uma ferramenta de aproximação e fortalecimento se utilizada como prática.

Como continuidade da pesquisa, ficou a ser aprofundada a temática sobre o papel do homem neste processo no movimento de mulheres no cooperativismo. Se faz necessário trazer a oralidade de homens que exercem liderança no cooperativismo e assinalar sua efetividade como patrocinadores da reconstrução histórica da presença da mulher nas estruturas de governança das cooperativas.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, 24 maio 2016.
- BURITI, Francisca Janiele; COSTA, Ivandilson. **PIADAS MACHISTAS: UMA INVESTIGAÇÃO À LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**. COLINEARES, v. 6, n. 1, p. 46-55, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **História de vida e pesquisa biográfica**: dos fundamentos a uma abordagem interpretativa. Natal: EDUFRN, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**: fundamentos para a teoria da estruturação. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. **Focus groups**: A practical guide for applied research. 5. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.



LODEN, Marilyn. **Implementing Diversity: Best Practices for Making Diversity Work in Your Organization**. Chicago: Irwin Professional Publishing, 1996.

MCKINSEY & COMPANY. **Women in the workplace 2023**. New York: McKinsey & Company, 2023. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversityand-inclusion/women-in-the-workplace>. Acesso em: 10 fev 2025.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Os silêncios da história**. São Paulo: Unesp, 2005.

POLLACK, Michel. **Educação e sociedade: sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 1992

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" In: NELSON, Cary;

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

YAMAGUCHI, Rosa Maria. **Síndrome do Impostor: por que mulheres competentes sentem que não merecem o sucesso?** São Paulo: Primavera Editorial, 2021.